MUNICÍPIO DE LOULÉ
Assembleia Municipal
Código Postal 8104-001

289 400 809 E-mail: aml@cm-loule.pt 289 462 030

Ata N.º 8 /2015
Sessão Extraordinária de 31 de Julho

Aos trinta e um dias do mês de Julho de dois mil e quinze, pelas vinte e uma horas e cinco minutos, no Edifício Eng.º Duarte Pacheco, em Loulé, deu-se início à Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Loulé, convocada ao abrigo do artigo trigésimo oitavo do Regimento, presidida pelo senhor Presidente da Assembleia, Adriano Lopes Gomes Pimpão, com a seguinte Lista de Presenças e Ordem de Trabalhos: ----------
---

----------**Lista de Presenças**:----------
---

16 Deputados Municipais do PS - Adriano Lopes Gomes Pimpão (Presidente da Assembleia), Maria Helena Serafim Guerreiro Brito Baptista, João Luis Calçada Correia, Carlos Manuel Pontes Costa, Fernando Domingos dos Santos, Hermes Luis de Brito Alberto, Heloísa Bárbara Madeira e Madeira (1ª secretária), Rebeca Porto Martins, Orlando Manuel Guerreiro Baptista, Rosana Corga Fernandes Durão, Fernando Pereira Marques, Miguel Ângelo Pinguinha da Piedade, Dinarte Luis Brás (em substituição de Vitor Cristiano da Piedade Ferreira), Joaquim João Pinheiro Pinto (Presidente da Junta de Freguesia de Almancil), José Fernando Florinda Carrusca (em substituição do Presidente da Junta de Freguesia do Ameixial), António José da Palma Clareza (em substituição do Presidente da Junta de Freguesia de S. Clemente); ----------
---

15 Deputados Municipais do PSD - Manuela Maria Palma Nobre Semedo Tenazinha, Adérito Custódio Cavaco, Gilberto José Carapeto de Sousa, Ricardo Manuel Casanova Lampreia, Fábio Manuel da Silva Bota, Felizardo Emanuel Martins Pinto, Analídio Correia da Ponte, Maria José Botelho da Palma Bento Vasques (2ª secretária), João Carlos Dias dos Santos (em substituição de Maria Graciete Baião Botelho Freitas), Márcio Alberto Morgado Pires Rodrigues (em substituição de Jorge Manuel Guerreiro dos

Santos), João Manuel Martins Rafael (em substituição da Presidente da Junta de Freguesia de Alte), Ana Maria Alberto Rosendo (em substituição do Presidente da Junta de Freguesia de Boliqueime), Deodato Martins João (Presidente da Junta de Freguesia de Salir), Helder Faísca Guerreiro (Presidente da Junta de Freguesia de S. Sebastião), Maria Margarida Renda Correia (Presidente da União das Freguesias de Querença/Tôr/Benafim); --

---

1 Deputado Municipal do BE - Carlos José da Silva Martins;----------

---

1 Deputado Municipal da CDU - Carla Sofia Osório Gomes;----------

---

Os Vereadores do PSD, Paulo Viegas Martins, Eugénio Manuel Coelho Guerreiro.----------

---

Apresentaram pedido de suspensão de mandato:----------

Os Deputados Municipais do PS, Vítor Cristiano da Piedade Ferreira e João Alberto Gonzalez Pedroso, tendo o mesmo sido substituído respetivamente por Dinarte Luis Brás.----------

O Deputado Abílio Vargas Sousa (Presidente da Junta de Freguesia do Ameixial) comunicou impedimento em estar presente designando como seu substituto legal, ao abrigo do art.º 30.º, n.º3 do Regimento da Assembleia Municipal de Loulé, José Fernando Florinda Carrusca.----------

O Deputado Telmo Manuel Machado Pinto (Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira) comunicou impedimento em estar presente, ao abrigo do art.º 30.º, n.º3 do Regimento da Assembleia Municipal de Loulé, não se fazendo representar por nenhum elemento da Junta de Freguesia.---

O Deputado Carlos Filipe Gabriel de Sousa (Presidente da Junta de Freguesia de S.Clemente) comunicou impedimento em estar presente designando como seu substituto legal, ao abrigo do art.º 30.º, n.º3 do Regimento da Assembleia Municipal de Loulé, António José da Palma Clareza.----------

Os Deputados Municipais do PSD, Maria Graciete Baião Botelho Freitas, Jorge Manuel Guerreiro dos Santos, Irina Alexandra Mendes Martins, tendo os mesmos sido substituídos respetivamente por João Carlos Dias dos Santos e Márcio Alberto Morgado Pires Rodrigues.----------

289 400 809 E-mail: aml@cm-loule.pt 289 462 030

A Deputada Silvia Maria Luis Martins (Presidente da Junta de Freguesia de Alte) comunicou impedimento em estar presente designando como seu substituto legal, ao abrigo do art.º 30.º, n.º3 do Regimento da Assembleia Municipal de Loulé, João Manuel Martins Rafael.----------
O Deputado Rui de Sousa Mogo (Presidente da Junta de Freguesia de Boliqueime) comunicou impedimento em estar presente designando como seu substituto legal, ao abrigo do art.º 30.º, n.º3 do Regimento da Assembleia Municipal de Loulé, Ana Maria Alberto Rosendo.----------
---

Os Vereadores do PSD: Helder Manuel Faria Martins, tendo o mesmo sido substituído legalmente por Emília Moleiro Victor, e Marilyn Tomás Galvão da Conceição Sousa.----------
---

Tendo sido verificada pela Mesa da Assembleia a existência de quórum deliberativo, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, Adriano Lopes Gomes Pimpão, iniciou a sessão:----------
---

----------**Ordem de Trabalhos**----------

1- Intervenção do Público; ----------
2- Aprovação de Atas;----------
3- Informação sobre expediente recebido;----------
4- Período de Antes da Ordem do Dia;----------
5- Moções e Recomendações;----------
Proposta de Recomendação relativa à introdução de medidas de segurança preventivas nas piscinas particulares, apresentada pelo senhor Deputado Municipal Gilberto de Sousa, do Grupo Municipal do PSD;-------
6- Período da Ordem do Dia:----------
a)- Apreciação da Informação prestada pela Câmara Municipal, sobre a Alteração ao Plano Diretor Municipal do Concelho de Loulé (PDM), tendo em conta o atual quadro legal sobre o Ordenamento do Território (na sequência da Informação remetida pela Câmara Municipal e que constou da Ordem do Dia da Sessão Ordinária do dia 29 de Junho de 2015, alínea h);---
---

b)- Proposta 26/2015- Deliberação relativa ao **Reconhecimento de Interesse Público Municipal para a Operação de Regularização do Estabelecimento Industrial (CAE 33190-R3) - Campina de Baixo-**

289 400 809 E-mail: aml@cm-loule.pt 289 462 030

Freguesia de S. Sebastião - Proc. 160/15DV do Requerente ARDIL - Armazenagem, Distribuição e Logística, LDA., para efeitos do previsto na alínea a) do n.º4 do art.º 5.º do Dec. Lei n.º165/14 de 05/11;----------

---

c)- Proposta 27/2015- Deliberação relativa à **Eleição do Vice-Presidente do Conselho Fiscal dos Órgãos Sociais da Fundação António Aleixo para o Biénio de 2015/2017**, com base no n.º 1 do artigo 23.º dos Estatutos desta Instituição;----------

---

d)- Proposta 28/2015- Deliberação relativa à **Proposta de Alteração do Regimento da Assembleia Municipal**, nomeadamente do seu **artigo 34.º**, nos termos do artigo 74.º do referido Regimento;----------

---

e)- Proposta 29/2015- Deliberação relativa à **Aprovação do Regulamento dos Direitos dos Animais do Município de Loulé;**----------

---

f)- Proposta 30/2015- Deliberação relativa à **Proposta para Autorização de Abertura de Concurso para a carreira de Bombeiro Municipal;**---------

---

g)- Proposta 31/2015- Deliberação relativa à **Proposta para Autorização de Prorrogação do Prazo para Conclusão dos Procedimentos Concursais;**--

---

h)- Proposta 32/2015- Deliberação relativa à **Composição e designação de Júri de Procedimento Concursal, para Recrutamento do Cargo de Direção Intermédia de 3.º Grau, para a Unidade Operacional de Gestão da Habitação Social;**----------

---

i)- Proposta 33/2015- Deliberação relativa à **Aprovação do Projeto de Regulamento dos Serviços Públicos de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais do Município de Loulé (INFRALOBO, EM);**----------

---

j)- Proposta 34/2015- Deliberação relativa à **Aprovação do Projeto de Regulamento da Tarifa de Qualidade das Infraestruturas e Ambiente (INFRALOBO, EM);**----------

---

289 400 809 E-mail: aml@cm-loule.pt 289 462 030

k)- Proposta 35/2015- Deliberação relativa à **Aprovação do Projeto de Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos (INFRALOBO, EM)**;----------

---

l)- Proposta 36/2015- Deliberação relativa à **Aprovação do Projeto de Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos (INFRAQUINTA, EM)**;----------

---

m)- Proposta 37/2015- Deliberação relativa à **Aprovação do Projeto de Regulamento da Tarifa de Qualidade das Infraestruturas e Ambiente (INFRAQUINTA, EM)**;----------

---

n)- Proposta 38/2015- Deliberação relativa à **Aprovação do Projeto de Regulamento dos Serviços Públicos de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais do Município de Loulé (INFRAQUINTA, EM)**;----------

---

o)- Proposta 39/2015- Deliberação relativa à **Aprovação do Regulamento Municipal de Toponímia e Numeração de Polícia**;----------

---

Tendo sido verificada pela Mesa da Assembleia a existência de quórum deliberativo, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, deu início à Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal.----------

---

O senhor **Presidente da Assembleia**, começou por informar as bancadas, acerca dos respetivos tempos de intervenção para cada um dos pontos da Ordem de Trabalhos.----------

---

Seguidamente entrou-se no primeiro ponto da OT, Período de Intervenção do Público:----------

---

1- Intervenção do Público;----------

Começou por ser dada a palavra à **munícipe Maria Varela**, que mais uma vez abordou a questão do Canil Municipal e do Veterinário Municipal. Começou por informar que relativamente ao processo-crime que foi instaurado no

Ministério Público de Loulé contra as condições do canil e contra o Veterinário Municipal o Dr. Paulo Pina, foi este arquivado, sem sequer serem chamadas testemunhas a depor, e analisadas quaisquer provas. Quanto à queixa apresentada na Direção Geral Veterinária, o processo está parado não havendo ninguém que informe onde se encontra nem qual a situação do mesmo, pelo qual será dado seguimento a uma denúncia. Quanto à queixa na Ordem dos Veterinários, foi aceite, tendo sido aberto um inquérito de averiguação, considerando existir matéria de facto. Informou que neste momento o Dr. Paulo Pina não é acusado de nada, continuando a praticar ações questionáveis senão mesmo atos ilegais. Neste momento a Associação pretende avançar com uma providência cautelar contra a Câmara Municipal de Loulé com o objetivo de procederem às alterações necessárias no Canil, que assegure a segurança e o bem-estar e procederem à substituição da sua Direção. Realçou ainda algumas situações, das várias reuniões tidas com o senhor Presidente, em que tinham sido assumidos compromissos, os quais não vinham mencionadas no Regulamento; concretamente em relação ao circo, ficou assente a proibição de circos com animais no concelho de Loulé, colaboração de voluntários, campanhas de esterilização, apoio aos animais comunitários, abolição da eutanásia, nada destes temas vêm mencionados no Regulamento e este tem alguns contrassensos.----------
---

Questionou o Executivo, sobre o motivo pelo qual estes temas não vêm mencionados no Regulamento, uma vez que houve um compromisso assumido da parte do Executivo Municipal.----------
---

Em seguida usou da palavra a **munícipe Carla** (não foi percetível o apelido), residente em Loulé, que testemunhou algumas situações que ocorreram no Canil Municipal de Loulé. Referiu ainda que ao nível da elaboração do Regulamento, este não está muito conciso, contendo algumas falhas, que na sua opinião são graves.----------
---

Posteriormente foi usada a palavra pelo **munícipe Álvaro Delgado**, que abordou a questão das Piscinas de Salir nomeadamente a não existência de aulas de natação no período do Verão, sugerindo a sua realização pelo nadador salvador lá existente de serviço.----------

289 400 809 E-mail: aml@cm-loule.pt 289 462 030

Questionou sobre os números de polícia existentes na Urbanização Quinta de Betunes, se estes tinham sido mudados, porque são 300 proprietários que têm que mudar tudo, endereços, cartas de condução, etc. Abordou ainda a questão do corte do trânsito ocorrido em Loulé aquando das obras da Rua Serpa Pinto, e no que se refere à sinalização nem todas as pessoas cumprem os sinais de trânsito existentes no local concretamente junto à Churrasqueira Angolana, o trânsito da Rua Nossa Senhora da Piedade foi cortado no sentido poente, estando este corte mal feito, o que tem causado imensos transtornos aos automobilistas, sendo uma situação que até se resolve de uma forma simples, colocando entre o sinal de sentido obrigatório que lá está e a Florista, pondo no local uma baia bem grande com o sinal de proibido.----------
---

Pediu ainda a palavra a **munícipe Helena Romão**, para enunciar um pedido manifestado pelos turistas estrangeiros que habitam na serra de Loulé, tendo estes dificuldades em encontrar as saídas para as praias, preferindo as praias da freguesia de Almancil, Ancão, Garrão e Quinta do Lago, porque ao chegarem da serra a Loulé não há nenhuma indicação de praias exceto em Almancil, mas mesmo assim ao chegar ao centro de Almancil, falta indicação para essas mesmas zonas.----------
---

Em seguida usou da palavra o senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para responder às questões colocadas, relativamente ao Canil Municipal e à problemática dos Direitos dos Animais, sendo as outras questões respondidas pelos senhores Vereadores. No que respeita à intervenção da munícipe Maria Varela, informou que no dia 17 de Junho, foi encerrado o Período de Inquérito Público relativamente ao Regulamento dos Animais e da parte dos serviços municipais, não houve nenhuma sugestão de proposta de correção, situação que estranha muito porque sendo esta associação dos animais tão ativa na defesa destas questões, não sugeriu a alteração na redação de nenhum artigo. Corrigiu a intervenção da munícipe Maria Varela, quanto à questão da proibição de circos com animais, referindo não ter dito isso, apenas que ponderava essa situação. Disse ainda que tinha tido reuniões com as pessoas do circo, ouviu as suas opiniões, tendo-lhe sido dito que estavam bastante conscientes de uma nova ideia geral relativamente à presença dos animais nos circos e que precisavam de um tempo para se

adaptar a essa nova realidade. Os animais são visitados regularmente por veterinários encontrando-se em bom estado de saúde.----------
---

Informou ainda que as obras para o novo Canil Municipal estão em curso e ainda que neste momento está praticamente concluído o processo disciplinar. Referiu ainda que o facto de uma ou outra situação estar omissa no Regulamento, não quer dizer que não sejam assumidas como prática futura.----------
---

Seguidamente usou da palavra o senhor **Vereador João Martins**, para responder às questões levantadas, e começou por abordar a questão do munícipe Álvaro Delgado relativamente à numeração de polícia. Informou que essa situação verifica-se na zona da Quinta de Betunes, onde foram atribuídos nomes de ruas em 2010, não tendo sido atribuídos números de polícia, tendo-se verificado numeração repetida, o que causa transtorno aos serviços públicos, GNR e EDP, os quais têm alguma dificuldade na localização dos imóveis quando se dirigem a esse local e os moradores estão a receber cartas para procederem à atribuição dos respetivos números que não foram atribuídos em tempo útil em 2010, quando foram atribuídos os nomes das ruas e neste momento estão num período de transição, recebendo as cartas da Câmara Municipal, para que procedam às alterações tidas por convenientes.----------
---

Usou em seguida a palavra o senhor **Vice-presidente Hugo**, que explicou que as Piscinas de Salir são exteriores e funcionam apenas na época balnear em parceria com a Associação Cultural de Salir, que passa pela subsidiação de algumas despesas que a Associação assume, nomeadamente da vigilância da piscina. Não existem aulas de natação na piscina de Salir, porque é difícil para a Câmara Municipal de Loulé conseguir manter um funcionamento as piscinas, porque o nadador-salvador não pode acumular a função que desempenha enquanto vigilante com funções de ensino. A contratação de profissionais nesta área entre o mês de Junho e Agosto é muito difícil porque o volume de utentes é muito reduzido e o vencimento a pagar ao profissional nada atrativo. Existe um conjunto de constrangimentos que tornam esta questão, que parece muito simples, em algo mais complexo. Sugeriu que para o próximo ano, em função dos programas de férias, se

poderia introduzir aulas de natação ministradas por Técnicos do Município.--
---

Usou da palavra o senhor **Vereador Pedro Oliveira**, que abordou a questão do trânsito na Rua Nossa Senhora da Piedade devido às obras na Rua Serpa Pinto, referindo que tinha sido elaborado um Plano de Sinalização, para que os utilizadores se apercebessem das alterações propostas. Agradeceu o reparo do munícipe relativamente à baia e disse ir analisar a situação. No que respeita à sinalização para as praias, agradeceu o reparo feito pela munícipe Helena, e irá a situação ser analisada pelo Departamento de Turismo porque o desenvolvimento do turismo é importante para o nosso concelho.----------
---

2- Aprovação de Atas;----------

O senhor Presidente da Assembleia, informou que se encontram para votação 3 Atas.----------
A **Ata n.º 5** de 02 de Junho, foi colocada à votação e aprovada por maioria com 23 votos a favor e 3 abstenções.----------
A **Ata n.º 6** de 05 de Junho, foi colocada à votação e aprovada por maioria com 26 votos a favor e 4 abstenções.----------
A **Ata n.º 7** de 29 de Junho, foi colocada à votação e aprovada por maioria com 26 votos a favor e 4 abstenções.----------
---

3- Informação sobre expediente recebido;----------

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, fez referência a um documento enviado aos senhores deputados sobre um assunto que foi abordado na reunião extraordinária que ocorreu em Quarteira, em que um sindicalista levantou a questão do INEM, da sua organização do Algarve e das perspetivas futuras quanto a esse organismo do Estado de socorro às populações, tendo ficado acordado que os órgãos deste município, entre os quais a Assembleia Municipal, colocassem essas dúvidas ao senhor Presidente do Conselho Diretivo do INEM, o qual respondeu às questões de forma detalhada, tendo sido enviada cópia da resposta aos Deputados Municipais.----------
---

289 400 809 E-mail: aml@cm-loule.pt 289 462 030

4- Período de Antes da Ordem do Dia:----------

Usou da palavra a senhora **Deputada Carla Gomes (CDU)**, que disse ter algumas questões a colocar, começando por questionar quais as medidas tomadas sobre as obras da Escola EB 2,3 António de Sousa Agostinho, relativamente a um abatimento do chão do Auditório, nomeadamente no bloco E. Outra questão tem a ver com a questão da sinalética, já abordada pelo munícipe Álvaro Delgado na Rua do Serradinho e na dos Homens do Andor, que poderá gerar complicações futuras para os condutores. A outra questão prende-se com a limpeza da zona junto ao Lar da 3ª Idade perto do Tribunal.----------
---

Em seguida usou da palavra o senhor **Deputado Carlos Costa (PS)**, que abordou a questão da toponímia, questão que, levantou durante 10 anos nesta Câmara Municipal e teceu algumas considerações acerca da toponímia na zona da Quinta de Betunes, Vale de Rãs, Campina de Cima e Vale de Asnos. Terminou dando o exemplo da Rua Ayrton Sena na Quinta do Lago, onde existem 4 ou 5 lotes com o nr.º 7, bem como nas Ruas Carlos Mota Pinto e Av. Sá Carneiro em Quarteira, onde se chega a verificar 12 lotes com a letra B, 12 lotes C mostrando bem a confusão que está instalada com a numeração de polícia.----------
---

Pediu a palavra o senhor **Deputado Ricardo Lampreia (PSD)**, para colocar algumas questões ao Executivo, nomeadamente, porque motivo não conseguiu Loulé enquanto "Loulé Capital Europeia do Desporto em 2015", trazer uma etapa da volta a Portugal em bicicleta, sendo o ciclismo um desporto emblemático da cidade de Loulé. Questionou igualmente sobre o ponto de situação do Aeródromo de Loulé e se o conflito com Albufeira se encontra ultrapassado. Também questionou sobre a previsão da Junta de Freguesia de Quarteira embelezar as zonas cedidas pelos promotores imobiliários na cidade de Quarteira.----------
---

Seguidamente usou da palavra o senhor **Deputado Fernando Santos (PS)**, querendo saber se foi dada alguma resposta à Casa da Cultura de Loulé relativamente à questão de uma viatura que tinha sido pedida à Câmara Municipal. Fez referência a um estudo que tem em sua posse encomendado

pela DGAL no qual participou o município de Loulé, sobre a substituição do IMT que deveria ser suportada pelo aumento do IMI para a taxa máxima de 0,5%. Acaba-se com o IMT e atribui-se Imposto de Selo para as casas, é um brincar com as mudanças de impostos e continuam os municípios a serem suportados financeiramente pela dependência do imobiliário. Propôs que o Executivo enviasse este estudo a todos os deputados e que seja agendado numa próxima Assembleia um debate sobre este assunto.----------

---

Para responder às questões levantadas, usou da palavra a senhora **Vereadora Ana Machado**, e respondendo concretamente à questão levantada pela deputada Carla Gomes (CDU), sobre o Pavilhão E, onde está o Auditório, referiu que na sequência disso foram feitos estudos geológicos onde participaram os Serviços de Obras Municipais e as diferentes entidades de Proteção Civil, concluindo-se que deveria ser feita uma intervenção, detetando-se falta de enchimento na sua estrutura, estando neste momento em fase de conclusão o procedimento que visa reparar convenientemente o edifício e o pavilhão.----------

---

Usou da palavra o senhor **Vereador João Martins**, explicando situação levantada pelo deputado Fernando Santos (PS), no que concerne à cedência da viatura pedida pela Casa da Cultura, os serviços foram contactados no sentido de se apurar o que eventualmente se tinha passado, tendo o assunto ficado resolvido e assegurado pelos serviços da Câmara Municipal.----------

---

Em seguida para responder às questões levantadas pelos senhores deputados Ricardo Lampreia e Fernando Santos, interveio o senhor **Vice-Presidente**, referindo que a Volta a Portugal é um evento que não passa só pela vontade de o receber. O ano passado houve a possibilidade do município de Loulé poder receber uma chegada ou uma partida da Volta a Portugal, havendo um município no Alentejo e outro no Algarve que estavam dispostos a financiar. Fez uma explicação sintética de todo o processo desta prova no que respeita aos custos de toda a logística que esta prova acarreta para as autarquias com o alojamento e estadia, e nesta altura do ano a Volta a Portugal não é uma prioridade enquanto evento desportivo a receber, motivo esse pelo qual não foi sequer equacionado pela parte da autarquia, pelo qual

não foi feito nenhuma contacto para que a prova viesse ao município de Loulé.----------

Quanto à intervenção do deputado Fernando Santos, disse não ter tido a oportunidade de ler o estudo com o detalhe que ele merece, e se a orientação que aponta para o Município de Loulé for uma orientação a seguir, ela é penalizadora para os proprietários que já pagaram IMT e agora vão pagar mais IMI. Referiu ainda que o estudo será remetido à Assembleia Municipal.----------

---

O senhor **Presidente da Câmara Municipal** disse que, relativamente à intervenção do deputado Ricardo Lampreia, o Projeto do Aeródromo não tem tido evolução, devendo ser reanalisados o enquadramento jurídico, e os estudos mandados elaborar pelo anterior Executivo. Quanto à outra questão que colocou, existem alguns espaços de cedência no âmbito do Plano de Pormenor de Quarteira que neste momento já têm projetos para se poder arborizar essas zonas, para que os incómodos de poeiras possam ser menorizados. Quanto à intervenção da deputada Carla Gomes, respondeu que em relação à limpeza e aos cuidados a ter, os serviços melhoraram na cidade de Loulé.----------

---

O senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, fez um reparo à mesa, dizendo que esta Ordem de Trabalhos é demasiado extensa e que previamente a Conferência de Representantes não tinha tido conhecimento do volume de assuntos a incluir na mesma, o que torna impossível uma análise cuidada de todos estes assuntos.----------

Questionou o Executivo sobre a Queda do Vigário em Alte, quais as medidas implementadas para resolver a situação, por forma a evitar que o mesmo volte a acontecer, porque embora seja este seja um ano particularmente de seca, alguém decidiu desviar a água para fins pessoais. Congratulou-se com a situação do processo disciplinar ao Veterinário Municipal que se encontra praticamente concluído e que fica a aguardar o envio do Relatório completo para a Assembleia Municipal. Questionou ainda sobre qual a situação e prazo de conclusão para as obras do Passeio das Dunas em Quarteira.----------

---

Usou da palavra o senhor **Deputado Gilberto de Sousa (PSD)**, que falou sobre o IMT, referindo que já tinha anteriormente dito que o imposto não

iria desaparecer, mas sim mudar de nome, passando a ser receita da Administração Central em prejuízo da Administração Local.----------
Referiu-se ainda que o Aeródromo e a Volta a Portugal, são 2 matérias que devem merecer por parte do Executivo Camarário a maior atenção, porque o impacto em termos económicos e em termos de visibilidade no concelho é enorme, dado que uma etapa da Volta a Portugal que saia ou chegue a Loulé, tem mais impacto televisivo que toda a época futebolística de todos os clubes do concelho e o preço a pagar por uma situação e outra é bastante desproporcionados portanto não lhe parece que a questão financeira justifique que a Volta a Portugal não venha a Loulé.----------
Quanto ao Aeródromo o Executivo anterior, tentou a sua aprovação, tendo havido uma diligência mal elaborada relativamente ao Município de Albufeira.----------
---

Interveio o senhor **Deputado Fernando Santos (PS)**, que teceu alguns considerandos sobre a etapa da Volta a Portugal e sobre o Aeródromo, que na sua opinião sem o Autódromo não faz grande sentido.----------
---

Novamente interveio o senhor **Deputado Gilberto de Sousa (PSD)**, que disse que o senhor Deputado Fernando Santos, sobre promoção turística, tinha muito que aprender.----------
---

Usou da palavra o senhor **Deputado Analídio Ponte (PSD)**, que se congratulou pela rotunda dos Homens do Andor se encontrar embelezada com flores e aproveitou para manifestar o seu desagrado pela rotunda da Cimpor estar a necessitar de uma intervenção, apesar de ter conhecimento que pertence às Estradas de Portugal, porque é uma das entradas de Loulé que passa pela EN 270.----------
Questionou ainda sobre para quando a rede de esgotos na zona da Maritenda, Boa Hora e Monte Seco.----------
---

Para finalizar as intervenções o senhor **Deputado Ricardo Lampreia (PSD)**, esclareceu que a localização do Aeródromo na Campina de Baixo entre a antiga Fábrica da Cerveja e a Fábrica do Cimento tinha sido imposta pelas autoridades aeroportuárias, sendo uma estrutura fundamental ao

desenvolvimento concelhio e regional.----------

Seguidamente usou da palavra o senhor **Vereador Pedro Oliveira**, que informou que em relação à Queda do Vigário, em Alte, o grande problema de fundo é a falta de água, vários técnicos dirigiram-se ao local e a nascente propriamente deita pouca água, não sendo o primeiro ano que a água desaparece em Alte. No que se refere ao proprietário, a lei concede-lhe a utilização da água e se ele não utilizasse toda aquela água se perdia no percurso até à Queda do Vigário. Mais informou que quando terminar o Verão, entrar-se-á na via do diálogo para tentar resolver o problema, a Câmara vai assegurar o abastecimento público a Alte através de um furo existente em Monte Brito.----------
No que respeita à rotunda na EN 270 ainda não se conseguiu fazer a intervenção por falta de pessoal, mas será executada com a maior brevidade possível. Monte Seco e Boa-Hora será futuramente abastecida com rede de águas.----------
---

O senhor **Presidente da Câmara Municipal**, informou o deputado Carlos Martins, que a obra Passeio das Dunas será concluída em meados do mês de Novembro, e que no decurso da obra foram introduzidas várias alterações, nomeadamente no que se refere às águas pluviais.----------
Quanto à questão do IMT a Câmara Municipal de Loulé, tem feito muita pressão para evitar a sua extinção.----------
Quanto à questão do Aeródromo, considera ser uma estrutura importante para o turismo, lamenta é que 12 anos não tenham sido suficientes para resolver este problema. Este Executivo vai tentar abordar de novo este assunto.----------
---

Seguidamente usou da palavra o senhor **Vice-Presidente**, para deixar a informação que a prova velocipédica mais relevante para a promoção da imagem no concelho de Loulé é a Volta ao Algarve, sendo a prova de ciclismo mais competitiva em Portugal. Se o critério fosse a transmissão televisiva, era mais barato receber a Volta ao Algarve do que uma etapa subsidiada do patrocinador da Volta a Portugal. Referiu ainda que o futebol neste concelho movimenta perto de 1 milhar de atletas.----------
---

289 400 809 E-mail: aml@cm-loule.pt 289 462 030

5- Moções e Recomendações;----------

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, deu conta de uma Proposta de Recomendação relativa à introdução de medidas, apresentada pelo senhor deputado Gilberto de Sousa, sobre "Medidas de Segurança Preventivas nas Piscinas Particulares" e igualmente uma Moção de Atualidade e Urgência sobre "Falta de médico na Extensão de Saúde do Ameixial".----------
---

Proposta de Recomendação

"Introdução de medidas de segurança preventivas nas piscinas particulares"

Considerando os inúmeros e muitas vezes desconhecidos incidentes que têm ocorrido no concelho de Loulé, quer em piscinas, quer no mar, com afogamentos ou quase afogamentos rápidos, silenciosos de crianças e adultos.

Considerando que compete à autarquia diligenciar pelos meios ao seu dispor difundir informação e regulamentar a introdução de medidas de segurança preventivas nesta matéria, propõe-se à Assembleia Municipal de Loulé, que delibere recomendar ao executivo municipal, que com urgência:

a) *Introduza as necessárias alterações regulamentares na aprovação de piscinas particulares com a colocação obrigatória de vedações amovíveis ou fixas que impossibilitem de todo o acesso às mesmas por menores não acompanhados de adultos.*

b) *Que quanto às piscinas já existentes seja recomendado a sua aplicabilidade.*

c) *Providencie a introdução na disciplina de educação física de um curso de duração semanal de primeiros socorros a ser ministrado pelos Bombeiros Municipais de Loulé junto de todos os alunos do 3.º ciclo e secundário.*

d) Delibere quer nos meios de difusão preventiva, quer nos meios sancionatórios em primeiro lugar pedagógicos e posteriormente verdadeiramente desencorajadores de quaisquer incumprimentos.

Loulé, 22 de Julho de 2015

O Deputado Municipal
Gilberto Sousa

Foi dada a palavra ao senhor **Deputado Gilberto de Sousa (PSD)**, para dar uma explicação que quanto aos cursos a serem ministrados pelos bombeiros municipais, antes de ter apresentada a proposta tinha tomado a diligência de contactar o Comandante dos Bombeiros, questionando se existiam meios e disponibilidade para fazer essa formação nas escolas e com a concordância do senhor Comandante, apoio e incentivo a apresentar esta proposta, no que se refere aos cursos de primeiros socorros básicos, constatou com uma situação que lhe foi próxima da necessidade de formação em primeiros socorros básicos, que podem salvar vidas. A situação levou-o a apresentar esta proposta.----------

---

Usou da palavra o senhor **Deputado Carlos Costa (PS)**, congratulando-se com a apresentação desta Proposta de Recomendação, que tem o objetivo de prevenir futuramente acidentes em piscinas, o que é fundamental de forma a evitar perdas humanas.----------

---

De seguida usou da palavra o senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, dizendo que face ao elevado número de acidentes ocorridos nos últimos anos em piscinas particulares, vitimando crianças, torna-se importante criar medidas de prevenção, condições regulamentares e fiscalizadoras, que contribuam para a redução deste tipo de acidentes. Torna-se igualmente necessário realizar uma vasta campanha de sensibilização junto das escolas, unidades hoteleiras, etc. Para implementar estas medidas, e quanto ao prazo proposto de 60 dias, este deveria ser alargado, pois trata-se de um prazo curto, é preferível conceder à CML um prazo razoável para que consiga

apresentar um programa de ação que contemple as medidas apresentadas nesta proposta.----------
---

Usou da palavra o senhor **Deputado Calçada Correia (PS)**, dizendo que tem muita consideração por esta proposta de recomendação, porque conhece os motivos que estão subjacentes à mesma, no entanto referiu que em relação a algumas alíneas, estas requerem um estudo. As piscinas particulares englobam as piscinas individuais (de moradias), as de condomínios fechados, as piscinas de condomínios abertos, com muitos utentes, como tal, há vários aspetos a ter em conta. Quanto às piscinas já existentes, não é uma matéria fácil, como se possa julgar e propôs que o assunto fosse convenientemente estudado. Quanto às piscinas novas, isso poderá ser feito com mais facilidade, incluindo certas medidas preventivas nos projetos novos. Fundamentalmente, o mais importante prende-se com uma grande ação pedagógica, de sensibilização, que deverá existir sobre esta matéria.--------
---

Também usou da palavra a senhora **Deputada Carla Gomes (CDU)**, dizendo que esta proposta de recomendação faz sentido, tem um bom fundamento, tanto mais que vivemos numa zona do país, privilegiada em termos de mar e piscinas, mas infelizmente todos os anos acontecem incidentes graves relacionados com afogamentos. Contudo, no que se refere à obrigatoriedade é complicado impor aos proprietários de piscinas já existentes, a colocação de vedações. O papel da Câmara deverá ser de sensibilizar, consciencializar e incentivar os cidadãos a colocarem vedações nas piscinas, e não de fiscalizar o cumprimento dessas medidas. Faz todo o sentido, os Bombeiros poderem dar o seu contributo nas escolas, ao ser implementado um curso de primeiros socorros.----------
---

Foi concedida a palavra ao senhor **Deputado Orlando Baptista (PS)**, no seguimento do que foi dito, referiu que em relação à proposta, na alínea a), as vedações não deveriam ser amovíveis, mas fixas, permanentes. ----------
---

De seguida foi concedida a palavra ao proponente da recomendação, o senhor **Deputado Gilberto Sousa (PSD)**, que começou por falar dos efeitos retroativos desta proposta. No que diz respeito aos projetos novos, podem contemplar as vedações, até mesmo nas piscinas coletivas (condomínios

privados). Também em relação ao prazo, concluiu que este poderia ser alterado, dentro do que é razoável, e que deveria ser feito um estudo mais aprofundado, o quanto antes, para que o tempo não passe, sem se fazer nada.----------
---

De seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao senhor **Presidente da Câmara Municipal**, que disse que esta proposta de recomendação é séria, com a qual o Executivo não pode ficar insensível. No entanto, referiu que discorda dos termos da proposta, dos 90 dias, as imposições, e este quadro penalizante, são pontos com os quais discorda. No entanto trata-se de uma boa proposta porque vem pela primeira vez, levantar uma questão que é muito séria, e que deve ser regulamentada.------
---

Pediu a palavra o senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, para dizer que concorda com a alteração na alínea a), que para além da obrigatoriedade das vedações amovíveis deveria ser incluído, ou fixas, que na alínea c), o curso de primeiros socorros possa ser dado também pela Proteção Civil ou outras entidades no âmbito da saúde, sem ser exclusivamente da responsabilidade dos Bombeiros, na alínea b), não concorda com o teor desta, porque a obrigatoriedade com efeitos retroativos para o prazo de 90 dias, é demasiado curto, dizendo que talvez se possa criar uma redação mais maleável, conferindo um prazo à CML de 6 meses, para ter tempo para regulamentar.----------
---

De seguida pediu a palavra o senhor **Deputado Carlos Costa (PS)**, também para fazer uma proposta de alteração a esta proposta, relativamente à alínea b), propondo que seja definido um prazo razoável, para implementação de um regulamento, para que a Bancada do PS possa votar favoravelmente a esta proposta de recomendação.----------
---

Pediu novamente a palavra o senhor **Deputado Calçada Correia (PS)**, para apelar ao promotor da recomendação, que reconsiderasse retirar a alínea b), uma vez que a CML não dispõe de meios para fiscalizar, não está correto estar-se a propor uma legislação que não vai funcionar, dizendo que se esta alínea se manter, não votará favoravelmente.----------
---

289 400 809 E-mail: aml@cm-loule.pt 289 462 030

Foi dada a palavra ao proponente desta recomendação, o senhor **Deputado Gilberto Sousa (PSD)**, que em relação às propostas de alteração feitas pelos Deputados, referiu que quanto ao prazo, não tem nenhuma objeção que o prazo seja alargado, desde que fique estipulado um prazo, os 180 dias propostos pelo senhor Deputado Carlos Martins (BE). Relativamente à imposição retroativa, consciente de que a sua imposição não é praticável, altera-se para recomendação, em relação às piscinas existentes, mas em relação às piscinas novas, a situação é diferente. Assim sendo, disse que estaria em condições de alterar a proposta de acordo com as sugestões dos senhores Deputados.----------

---

Para clarificar estas alterações, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, relembrou as alterações tidas em consideração pelo senhor Deputado Gilberto Sousa (PSD), na alínea a) "colocação obrigatória de vedações amovíveis ou fixas", na alínea b), que quanto às piscinas existentes, em vez da obrigatoriedade, passaria a ser uma recomendação, deixando de fazer sentido mencionar também um prazo. Como tal, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, solicitou ao proponente uma nova redação desta proposta de recomendação, para que esta possa ser remetida para a Câmara.----------

---

Ainda sobre estas alterações, pediu a palavra a senhora **Deputada Helena Baptista (PS)**, que chamou a atenção para a palavra que se constava da alínea c), ...introdução **"compulsiva"** na disciplina de Educação Física, referindo que é impossível referir esta palavra, porque depende da autonomia das escolas, dos professores, do plano de atividades, etc, e que não é exequível no universo das nossas escolas, pelo que, sugeriu que esta palavra fosse retirada da proposta.----------

---

Sobre esta sugestão, voltou a usar da palavra o proponente **Deputado Gilberto Sousa (PSD)**, que no seu entender disse discordar da mesma, porque a CML tem meios de persuasão fortíssimos junto das escolas, para além de poder sensibilizar os Diretores das escolas, para que aceitem uma recomendação camarária, e que era perfeitamente exequível este curso de formação, nos termos em que foi proposto.----------

---

289 400 809 E-mail: aml@cm-loule.pt 289 462 030

Foi concedida a palavra à senhora **Vereadora Ana Machado**, que sobre esta última questão, quis esclarecer que ainda não se podem alterar currículos, pelo que, não se pode legalmente impor coercivamente esta alteração na disciplina de Educação Física.----------
---

Usou ainda da palavra o proponente o **Deputado Gilberto Sousa (PSD)**, para dizer que não estava à espera que o Executivo pedisse às escolas para alterarem o currículo da disciplina de educação física para introduzir esta formação nas escolas.----------
---

Usou da palavra a senhora **Vereadora Ana Machado**, para responder que enquanto não houver a descentralização prevista na Lei 30/2015 não se pode alterar currículos, apenas em sede de Conselho Geral.----------
---

O senhor **Deputado Gilberto de Sousa (PSD)**, disse que o objetivo da sua proposta de Recomendação é propor a introdução desta formação no currículo da disciplina, ou fora do quadro curricular através dos meios ao dispor.----------
---

O senhor **Presidente da Assembleia**, sugeriu que a redação da proposta se mantivesse retirando a palavra "compulsiva" e com o consenso desta medida nenhuma escola deixará de aceitar esta sugestão. Sugeriu igualmente que a redação da alínea b), que fosse que quanto às piscinas existentes seja recomendada a sua aplicabilidade.----------
---

A **Proposta de Recomendação** foi colocada à votação e **aprovada** por **unanimidade**.----------
---

Seguidamente foi apresentada pelo representante da Junta de Freguesia do Ameixial, a Moção de Atualidade e Urgência sobre "falta de médico na Extensão de saúde do Ameixial.----------
---

MUNICÍPIO DE LOULÉ
Assembleia Municipal
Código Postal 8104-001

289 400 809 E-mail: aml@cm-loule.pt 289 462 030

Moção de Atualidade e Urgência
"Falta de médico na Extensão de Saúde do Ameixial"

No dia 29 de Julho de 2015, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Ameixial, tomou conhecimento, através da funcionária desta Junta, que o médico e o enfermeiro ao serviço na Extensão de Saúde do Ameixial, deixariam de o fazer a partir do dia 01 de Agosto de 2015.

De imediato entrou em contacto com a Sra. Presidente do Conselho Clínico do ACES Central, Dra. Natália Correia e posteriormente foi informado pela secretária do Sr. Coordenador do UCPS Loulé, Dr. Pedro Rocheta, que lhe confirmaram esse facto, alegando não terem médicos com horário que possam assegurar o respetivo serviço.

Foi remetido por escrito, a solicitar a resolução do problema, ao Sr. Presidente da ARS do Algarve, Dr. Moura Reis e igualmente aos acima já mencionados, dando de igual forma, conhecimento ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Loulé, Dr. Vítor Aleixo.

Assim:
- Considerando que a Freguesia do Ameixial, está situada em plena serra, ficando a uma distância de 42 km (aproximadamente uma hora), do Centro de Saúde de Loulé;

- Considerando que a Freguesia do Ameixial é composta por inúmeros aglomerados e dispersos;

- Considerando que é uma Freguesia deficitária em transportes públicos, onde existe somente um autocarro da EVA, que parte às 07h.00m, e que regressa pelas 19h.00m;

- Considerando que existem aproximadamente 500 utentes;

- Considerando que 90% da população é idosa e sem transporte;

289 400 809 E-mail: aml@cm-loule.pt 289 462 030

- Considerando que a falta dos respetivos serviços de saúde, irão agravar o estado clínico por falta de vigilância;

- Considerando que se trata apenas de uma manhã por semana;

- Considerando que é um dever do Estado Português garantir o acesso à saúde;

A bancada do Partido Socialista propõe que a Assembleia Municipal de Loulé, delibere;

- Solicitar ao Sr. Presidente da ARS do Algarve, Dr. Moura Reis, que diligencie os meios necessários, para garantir a continuidade dos serviços médicos nesta Freguesia, tal como é feito atualmente.

- Enviar a respetiva Moção ao Sr. Primeiro-Ministro, ao Sr. Ministro da Saúde, à Sra. Presidente da Assembleia da República, a todas as bancadas com representação na Assembleia da República, à Câmara Municipal de Loulé e à Associação de Municípios do Algarve.

Loulé, 31 de Julho de 2015----------

De seguida pediu a palavra o senhor **Deputado Gilberto Sousa (PSD)**, para demonstrar todo o seu apoio aos proponentes desta Moção e informou que a Bancada Municipal do PSD está preocupada com esta situação, e que concorda com esta proposta, que vem no sentido de alertar as entidades para esta calamidade na saúde pública, injustificável, dizendo ainda que só quem não conhece a realidade do interior da região do Algarve é que pode tomar uma iniciativa destas, ou então é completamente insensível. Mostrou-se igualmente preocupado com a eliminação sistemática de serviços públicos.----------
---

Também usou da palavra a senhora **Deputada Carla Gomes (CDU)**, para deixar uma nota em relação a esta situação que está a acontecer na Freguesia do Ameixial, dizendo que se trata de um ataque deste governo ao acesso à saúde e ao direito constitucional, e que esta situação era

previsível, e não aceitável. Disse ainda que a Bancada Municipal da CDU, está solidária com os residentes do Ameixial e que subescreve completamente esta proposta, referindo também que é dever dos residentes deste concelho e dos Deputados da Assembleia Municipal de Loulé, interpelar os Deputados da Assembleia da República para que estas situações não aconteçam.----------
---

Foi dada a palavra ao senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, dizendo que ao concretizar-se esta intenção da Administração Regional de Saúde, alegando que não têm médicos com horário, alertou os proponentes, no sentido de obterem informação sobre esta situação, se esta é temporária, e se só se verifica durante o mês de Agosto, devido ao período de férias, ou se será uma situação definitiva. Se for este o caso, a posição a tomar junto das entidades, terá que ser mais incisiva. Esta situação era expectável, uma vez que se tem verificado uma diminuição dos serviços públicos, inclusive, redução de pessoal médico e de enfermagem e redução de investimentos, que criam dificuldades no acesso aos serviços primários de saúde às populações, que é por demais evidente, tanto agora no caso do Ameixial, como recentemente no caso de Loulé, e também como se tem visto no caso do Hospital de Faro, onde é notória carência de pessoal e médicos. Referiu ainda, que a Bancada do BE está solidária com esta proposta, no entanto solicitou dois esclarecimentos, o primeiro dirigido aos proponentes desta Moção, nomeadamente sobre esta situação, se a mesma é temporária ou definitiva, e o segundo ao senhor Presidente da Câmara de Loulé, se teve conhecimento desta situação hoje ou há alguns dias atrás, e se já tomou algumas diligências no sentido de obter mais informações sobre esta situação.----------
---

Voltou a usar da palavra o senhor **Deputado Gilberto Sousa (PSD)**, questionando o senhor Deputado Carlos Martins (BE), se se recordava de um Ministro da Saúde do primeiro governo de José Sócrates, Dr. António Correia de Campos, que andou a fazer cortes pelos Centros de Saúde do país, pelo que, não é justo culpabilizarem apenas o atual governo, ou seja, houve uma filosofia drástica por parte da Administração Central, em relação à saúde, que já vem de trás.----------
---

Seguidamente, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, deu a palavra ao **representante dos proponentes desta Moção**, para responder à questão levantada pelos Deputados Municipais, dizendo que a Junta de Freguesia do Ameixial, apenas foi informada que a partir do dia 01 de Agosto de 2015, não iria ter médico, não se sabendo ao certo, se esta situação é definitiva ou apenas temporária.----------
---

Pediu ainda a palavra o senhor **Deputado Carlos Costa (PS)**, que solicitou que se avançasse para a votação desta Moção, para evitar que o que pode ser temporário se torne definitivo, e é essa a verdadeira intenção desta proposta, impedir que tal aconteça.----------
---

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, sugeriu que esta **Moção de Atualidade e Urgência "Falta de médico na Extensão de Saúde do Ameixial"**, fosse colocada à votação, tendo a mesma sido **aprovada** por **unanimidade**.----------
---

Tendo sido concluído o ponto 5 da Ordem de Trabalhos, passando-se de seguida ao ponto seguinte:----------
---

6 - Período da Ordem do Dia:----------
---

a)- Apreciação da Informação prestada pela Câmara Municipal, sobre a Alteração ao Plano Diretor Municipal do Concelho de Loulé (PDM), tendo em conta o atual quadro legal sobre o Ordenamento do Território (na sequência da Informação remetida pela Câmara Municipal e que constou da Ordem do Dia da Sessão Ordinária do dia 29 de Junho de 2015, alínea h);---
---

Relativamente a esta matéria, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, esclareceu que se considerou que tivessem lugar um conjunto de sessões de esclarecimento, para que os Deputados Municipais pudessem acompanhar a evolução deste processo, que como é do conhecimento geral, trata-se de um processo difícil, muito complicado, que vai entrar dentro do domínio da avaliação de cada um dos interesses, nomeadamente da população, dos investidores, etc., e nesse sentido, solicitou ao senhor Presidente da CML, informação, que foi prestada e elaborada pelo

Departamento de Planeamento e Administração do Território (DPAT), da CML, através de um Memorando, e posteriormente distribuída aos senhores Deputados. De seguida o senhor Presidente da AML, deixou à consideração dos Deputados, comentarem ou solicitarem quaisquer pedidos de esclarecimentos sobre esta matéria, nesta sessão.----------
---

Pediu a palavra o senhor **Deputado Gilberto Sousa (PSD)**, que começou por dizer que esta proposta vinha ao encontro do que já tinha alertado nesta Assembleia Municipal, em sessões anteriores. Disse que não seria recomendável avançar com a Revisão do PDM, porque as imposições que os Técnicos da Administração Central fazem, passam por tentar submeter os Municípios a coisas que não vão ao encontro dos seus interesses e necessidades, como tal, todo o tipo de alterações regulamentares, como esta, fazem todo o sentido, em vez de uma Revisão ao PDM, que por vezes trazem imposições a nível de ambiente, ordenamento, etc., que surpreendem os Municípios, e dentro do que a Câmara Municipal de Loulé pode fazer, que é regulamentar, esta proposta de alteração, faz todo o sentido. Por último solicitou um esclarecimento relativamente à alínea a) do Memorando, relacionado com os objetivos essenciais, questionando o Executivo sobre o enquadramento legal das operações urbanísticas a regularizar.----------
---

De seguida o senhor **Presidente da Câmara Municipal**, usou da palavra começando por dizer que sobre a alteração do PDM em curso, esta sessão de esclarecimentos seria a primeira entre outras que irão ter lugar na Assembleia, conforme solicitado pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal. Referiu que este processo de alteração teve início em Junho deste ano, e que tem por objetivo adequar o PDM à nova Lei de Bases do Ordenamento do Território, e que prevê que **algumas** situações de operações urbanísticas, anteriores a Agosto de 2005, possam ter a possibilidade de poderem ser legalizadas. Os Técnicos começaram agora a trabalhar nesta matéria, estabelecendo contatos também com a CCDR, que é a Instância que nesta matéria tem influência tutelar no que a Câmara puder fazer.----------
---

Ainda sobre este assunto, usou da palavra o senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, que demonstrou o seu agrado em relação a esta informação sobre a Alteração ao PDM, e da evolução dos trabalhos e da pretensão de continuar a informar os Deputados Municipais. Contudo, solicitou que os Técnicos fossem objetivos e transparentes, para que não existam dúvidas quanto à legalidade do que se pode fazer.----------
---

Não havendo mais intervenções sobre esta matéria, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal** deu por terminada a discussão deste ponto e a pedido do Executivo colocou à consideração dos senhores Deputados, que as **Propostas 33/2015, 34/2015 e 35/2015** do Período da Ordem do Dia, referentes à Infralobo EM, fossem discutidas antecipadamente e em conjunto, independentemente da votação ser feita em separado, caso não houvesse nenhum inconveniente por parte da Assembleia sobre esta alteração da Ordem de Trabalhos.----------
---

Pediu a palavra o senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, que demonstrou o seu desacordo quanto a esta alteração da Ordem de Trabalhos, referindo que estas 3 propostas se tratam de Projetos de Regulamento, e que existem assuntos mais importantes na Ordem de Trabalhos, que deveriam ser discutidos nesta sessão, dando o exemplo das propostas que se seguiam, 26/2015 e 27/2015, 28/2015, 29/2015 até às 3 Propostas referidas da Infralobo EM.----------
---

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, de seguida deu a palavra ao senhor Vice-Presidente, no sentido deste explicar as razões ponderosas que levariam a esta alteração da Ordem de Trabalhos.----------
---

Nesse sentido, foi concedida a palavra ao senhor **Vice-Presidente**, que explicou os motivos desta alteração, dizendo que este processo regulamentar das Infra's, terá o seu início quando a Assembleia Municipal aprovar o Envio para Inquérito Público, e que posteriormente terá de ser submetido à ERSAR. Foi pedido para se anteciparem, apenas os documentos referentes à Infralobo EM, porque se ganhavam 2 dias úteis em relação a serem remetidos para publicação em Diário da República e para a ERSAR e porque também há um pedido para se retirar um dos documentos da

Infraquinta EM, porque há 2 anexos que não constam na proposta que foi distribuída à Assembleia Municipal, estando essa proposta incompleta.-------

---

Usou novamente da palavra o senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, que voltou a manifestar o seu desacordo quanto a esta alteração, dizendo que a Ordem de Trabalhos desta sessão era muito extensa e voltou a considerar que haviam outras propostas mais importantes para análise e discussão.-----

---

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a **votação** esta **alteração à Ordem de Trabalhos**, tendo a mesma sido **aprovada por maioria**, com 1 voto contra do BE.----------

---

De seguida o senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, deu continuidade aos trabalhos, passando à discussão das seguintes propostas da Ordem de Trabalhos:----------

---

i)- Proposta 33/2015- Deliberação relativa à **Aprovação do Projeto de Regulamento dos Serviços Públicos de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais do Município de Loulé (INFRALOBO, EM)**;----------

---

j)- Proposta 34/2015- Deliberação relativa à **Aprovação do Projeto de Regulamento da Tarifa de Qualidade das Infraestruturas e Ambiente (INFRALOBO, EM)**;----------

---

k)- Proposta 35/2015- Deliberação relativa à **Aprovação do Projeto de Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos (INFRALOBO, EM)**;----------

---

Foi concedida a palavra ao senhor **Vice- Presidente**, que passou a apresentar as 3 propostas da Infralobo EM, em simultâneo. Começou por dizer que na situação atual a CML tem 3 Empresas Municipais que têm responsabilidades nas áreas de infraestruturas, fornecimento de água, recolha de resíduos, do tratamento do espaço público, etc. Essas Empresas Municipais funcionam hoje em dois regimes diferentes, que foram instalados há vários anos, e funcionam com um quadro regulamentar e um regime

tarifário definido em 2012, que tinha um determinado quadro legal e de competências da Entidade Reguladora. O quadro que foi construído nessa altura, não permitia que fosse possível cumprir aquilo que a ERSAR determina. Como tal, foi tomada a decisão de separar as propostas de Regulamentos que foram presentes a esta Assembleia. Quanto à decisão de se iniciar este processo, teve a ver com o facto do processo de 2012 não estar encerrado, e de não ter flexibilidade em relação a alterações aos tarifários, de acordo com as recomendações feitas pela ERSAR. As realidades das zonas da Quinta do Lago, Vale do Lobo e Vilamoura, são distintas, quer em relação à dimensão, quer em relação à edificação, quer em relação ao tipo de clientes, e após uma análise detalhada e minuciosa, conclui-se que cada realidade deveria ser adequada ao seu perfil e ao seu equilíbrio financeiro.----------
---

Seguidamente pediu a palavra o senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, que voltou a manifestar o seu descontentamento em relação a esta alteração da Ordem de Trabalhos e à subsequente apresentação destas 3 propostas, que alegadamente tinham sido apresentadas pelo senhor Vice-Presidente sob o pretexto e única justificação plausível, de se ganharem 2 dias úteis relativamente à eventual aprovação das mesmas. No entanto e referindo-se a estes 3 regulamentos, questionou o Executivo dos motivos que levaram à elaboração de 3 regulamentos em vez de 1 por cada Empresa Municipal. Referiu ainda que não entendeu a pressa, por parte da CML, em querer aprovar os regulamentos de uma determinada EM (Infralobo), pois não encontra qualquer justificação legal para tal, assim como para a questão do ganho de 2 dias úteis. Ainda sobre estes regulamentos, disse que os mesmos levantam uma série de dúvidas, e que faltam documentos técnicos justificativos, fazendo inclusive com que um dos regulamentos fosse retirado. Sobre a Infralobo e à tarifa de qualidade, esta apresenta um anexo com o custo, mas não calcula a taxa da qualidade a partir do total, os gráficos são ilegíveis, e os custos da atividade ultrapassam largamente as receitas resultantes da cobrança da tarifa. O Município continua a ser o principal financiador. Como existem muitas dúvidas sobre estes regulamentos, a Bancada do BE votou contra a alteração da Ordem de Trabalhos e à apresentação destas 3 propostas porque considera que estas

devem ser analisadas e discutidas com mais tempo e rigor.----------
---

Também usou da palavra o senhor **Deputado Fernando Santos (PS)**, esclarecendo que a Quinta do Lago e Vale do Lobo, quando vendiam os lotes de terreno, antes de serem criadas as Infra's, obrigavam o comprador a uma participação nos custos comuns. Em Vilamoura os clientes compravam os lotes de terreno e não eram onerados com qualquer valor de participação nos custos de manutenção, razão pela qual, não se poderia impor aos moradores de Vilamoura pagarem um valor que não estava previsto. Terminou a sua intervenção, dizendo que foi através da taxa de qualidade, que se conseguiu fazer um equilíbrio em relação aos custos imputados aos moradores.----------
---

Foi concedida a palavra ao senhor **Deputado Gilberto Sousa (PSD)**, que em relação a estes regulamentos, disse que o seu conteúdo será objeto de uma análise e de uma discussão pública e que haverá oportunidade dos moradores/pagantes, se manifestarem. Contudo, na sua opinião, o que suscita preocupação é que os custos de funcionamento com estas Empresas Municipais tendem a aumentar e não a diminuir, sobretudo no que se refere à contratação de pessoal, exigindo que não exista relação entre os custos que os moradores/residentes irão pagar com os custos relacionados com a contratação de pessoal, através de taxas e custos a pagar pelos residentes.----------
---

Voltou a pedir a palavra o senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, dizendo que é bem conhecida a posição da sua Bancada em relação à criação das Empresas Municipais, sempre se revelou contra, tal como a Bancada do PS, antes deste mandato e até a haver a existência de 2 Empresas Municipais na Quinta do Lago e Vale do Lobo, mas como entretanto mudaram os gestores destas empresas, mudaram de opinião e de posição. Voltou a solicitar ao Executivo que fossem apresentados à Assembleia Municipal, todos os documentos, com tempo para serem analisados, referindo mais uma vez, que os assuntos/propostas urgentes que o Executivo apresenta à Assembleia Municipal, são sempre de respeitar. No entanto, quando estas solicitações surgem a meio duma sessão, são motivo de suspeita.----------
---

Terminadas as intervenções sobre estas 3 propostas, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, solicitou ao Executivo, esclarecimentos sobre estes regulamentos, questionando se estes seriam ou não, para envio para Discussão Pública, pois têm surgido em sessões anteriores, a mesma dúvida relativamente a outros projetos de regulamento, já que tal não vem mencionado nas propostas de deliberação que são remetidas à Assembleia Municipal, dificultando a preparação dos assuntos, pelo que, solicitou mais uma vez, aos serviços da Câmara, que informem esta Assembleia, do objetivo destes serem remetidos à Assembleia Municipal, se são para Aprovação ou para envio para Discussão Pública.----------

---

O Executivo Camarário esclareceu que em relação a estes 3 Projetos de Regulamento, o que estava em causa nesta sessão, seria o seu envio para Discussão Pública.----------

---

Após este esclarecimento, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, colocou as 3 propostas a votação, relativamente ao seu Envio para Discussão Pública.----------

---

A **Proposta 33/2015**- Deliberação relativa ao **Envio para Discussão Pública do Regulamento dos Serviços Públicos de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais do Município de Loulé (INFRALOBO, EM)**, foi **aprovada por maioria**, com 31 votos a favor e 2 votos contra (BE e CDU).----------

---

A **Proposta 34/2015**- Deliberação relativa ao **Envio para Discussão Pública do Regulamento da Tarifa de Qualidade das Infraestruturas e Ambiente (INFRALOBO, EM)**, foi **aprovada por maioria**, com 31 votos a favor e 2 votos contra (BE e CDU).----------

---

E a **Proposta 35/2015**- Deliberação relativa ao **Envio para Discussão Pública do Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos (INFRALOBO, EM)**, foi **aprovada por maioria**, com 31 votos a favor e 2 votos contra (BE e CDU).----------

---

289 400 809 E-mail: aml@cm-loule.pt 289 462 030

Foi concedida a palavra à senhora **Deputada Carla Gomes (CDU)**, que fez uma Declaração de Voto, justificando que a Bancada da CDU votou contra estas 3 propostas, não por estar contra a aprovação de regulamentos, desde que estes sejam instrumentos que sirvam para gerir e servir melhor, mas sim por ser contra a existência destas Empresas Municipais.----------

---

Foi também concedida a palavra ao senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, que informou que no final da sessão faria chegar à Mesa da Assembleia Municipal uma Declaração de Voto referente a estas propostas.----------

---

Dando-se continuidade aos trabalhos, retomou-se a Ordem de Trabalhos, passando-se à proposta seguinte:----------

---

b) - Proposta 26/2015- Deliberação relativa ao **Reconhecimento de Interesse Público Municipal para a Operação de Regularização do Estabelecimento Industrial (CAE 33190-R3) - Campina de Baixo-Freguesia de S. Sebastião - Proc. 160/15DV do Requerente ARDIL - Armazenagem, Distribuição e Logística, LDA.**, para efeitos do previsto na alínea a) do n.º 4 do art.º 5.º do Dec. Lei n.º 165/14 de 05/11:----------

---

Não havendo intervenções sobre esta proposta, foi a mesma colocada a votação, tendo sido **aprovada por unanimidade**.----------

---

Dando-se seguimento aos trabalhos, passou-se de imediato ao ponto seguinte da Ordem do Dia:----------

---

c)- Proposta 27/2015- Deliberação relativa à **Eleição do Vice-Presidente do Conselho Fiscal dos Órgãos Sociais da Fundação António Aleixo para o Biénio de 2015/2017**, com base no n.º 1 do artigo 23.º dos Estatutos desta Instituição;----------

---

Foi concedida a palavra à senhora **Deputada Helena Baptista (PS)**, que apresentou como **candidato pela Bancada do PS**, o senhor **Deputado Miguel Pinguinha (PS)**, referindo que a sua formação em gestão, permiti-lhe desenvolver o seu trabalho e funções com a qualidade que se impõe para

este cargo.----------

Foi igualmente concedida a palavra ao senhor **Deputado Gilberto Sousa (PSD)**, que apresentou como **candidato pela Bancada do PSD**, o senhor **Deputado Ricardo Lampreia (PSD)**, dizendo que este candidato tem vindo a desempenhar essas funções com toda a idoneidade que merece essa Fundação, representando esta Assembleia com toda a dignidade, pelo que, a Bancada do PSD propõe a sua continuidade.----------
---

Foi apresentada uma Declaração de Impedimento na participação da votação dos senhores Deputados Carlos Costa (PS) e Fernando Santos (PS), por pertencerem aos Órgão Sociais da Fundação António Aleixo.----------
---

Considerando estas duas propostas, para a Eleição do Vice-Presidente do Conselho Fiscal dos Órgãos Sociais da Fundação António Aleixo para o Biénio de 2015-2017, foi realizada a votação por voto secreto, depositado em urna----------
---

--Após escrutínio da votação, foram apurados os seguintes resultados:------
--Votos entrados em urna: 31 votos----------
--Votos no senhor Deputado Miguel Pinguinha (PS): 13 votos----------
--Votos no senhor Deputado Ricardo Lampreia (PSD): 15 votos----------
--Votos Brancos: 3 votos----------

Tendo em resultado da referida votação, sido **eleito o senhor Deputado Ricardo Lampreia (PSD), Vice-Presidente do Conselho Fiscal dos Órgãos Sociais da Fundação António Aleixo**.----------
---

De seguida pediu a palavra o senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, que felicitou o senhor Deputado Ricardo Lampreia (PSD) por ter sido eleito por esta Assembleia para o referido cargo, e solicitou que o mesmo desse conhecimento à Assembleia Municipal, da sua atividade.----------
---

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, referiu também que já havia solicitado aos serviços para ser feito um levantamento de todas as representações da Assembleia Municipal, nos vários órgãos, sejam públicos

289 400 809 E-mail: aml@cm-loule.pt 289 462 030

ou privados, no sentido de informar todos os Deputados Municipais, acerca da sua atividade.----------
---

Perante as horas que já decorrem desde o inicio da presente sessão e considerando os termos do Regimento da Assembleia Municipal, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal** deu por encerrada esta sessão, agendando a respetiva continuação para apreciação da restante Ordem de Trabalhos, para o dia 3 de Agosto de 2015, pelas 21h00, pela ordem mencionada na Convocatória, com a exceção da alínea m)- **Proposta 37/2015-** Deliberação relativa à **Aprovação do Projeto de Regulamento da Tarifa de Qualidade das Infraestruturas e Ambiente (INFRAQUINTA, EM)**, que a pedido do Executivo, seria retirada da Ordem de Trabalhos, e nada mais havendo a registar foi lavrada a presente ata, que depois de discutida e aprovada será assinada nos termos legais e regimentais.----------
---

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA
A 1ª SECRETÁRIA
A 2ª SECRETÁRIA